

Em 29/11/2017

Amilado Ramos da Silva
AMILDO RAMOS DA SILVA
Sec. de Administração
PORTARIA Nº 021/2017

LEI Nº 1.415/2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO DE
OURICURI PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURICURI, Estado de Pernambuco,
no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2018 compreendendo:

- I. O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta.
- II. O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração direta e indireta.

Art. 2º. A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme legislação tributária vigente é estimada em R\$ 143.501.000,00 (Cento e quarenta e três milhões, quinhentos e hum reais), desdobrada nos seguintes agregados:

1. Orçamento Fiscal, em R\$ 109.161.000,00 (Cento e nove milhões, cento e sessenta e hum mil reais).
2. Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 14.979.000,00 (Quatorze milhões, novecentos e setenta e nove mil reais).
3. Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, em R\$ 16.410.000,00 (Dezesseis milhões, quatrocentos e dez mil reais).
4. Orçamento Fundo Municipal do Direito da Criança e Adolescente, em R\$ 161.000,00 (Cento e sessenta e hum mil reais).
5. Orçamento Fundo Municipal de Assistência Social, em R\$ 2.790.000,00 (Dois milhões, setecentos e noventa mil reais).
6. As Receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem de recursos, conforme o disposto no Anexo 1.

Art. 3º. A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante no Anexo 2.

Ruffo



Em 29/11/2017

Art. 4º. A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 143.501.000,00 (Cento e quarenta e três milhões, quinhentos e hum mil reais), desdobrada nos seguintes agregados:

1. Orçamento Fiscal, em R\$ 98.085.000,00 (Noventa e oito milhões oitenta e cinco mil reais).
2. Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 10.595.000,00 (Dez milhões quinhentos e noventa e cinco mil reais).
3. Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, em R\$ 28.716.000,00 (Vinte e oito milhões setecentos e dezesseis mil reais).
4. Orçamento Fundo Municipal do Direito da Criança e Adolescente, em R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais).
5. Orçamento Fundo Municipal de Assistência Social, em R\$ 5.895.000,00 (Cinco milhões oitocentos e noventa e cinco mil reais).
6. A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos 3 e 4 desta Lei.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 10,00% (Dez por cento) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I. Anulação parcial ou total de dotações;
- II. Incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- III. Excesso de arrecadação em bases constantes;
- IV. Convênios firmados com Órgão da esfera do governo Federal e Estadual limitado ao valor recebido.

Parágrafo Único - Excluem-se da base de cálculo do limite a que se refere o *caput* deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e às despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

Art. 6º. O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o créditos se destinar a:

- I. Atender insuficiência de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas;
- II. Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
- III. Atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;
- IV. Atender insuficiências de outras despesas correntes e de capital em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência Social, Previdência e em Programas de Trabalho relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

Em 29/11/2017

Art. 7º. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, até o limite autorizado pela LDO.

Art. 9º. Atendendo ao disposto no artigo 56 da Lei federal nº 4.320/64 o recolhimento das Receitas municipais, ressalvadas aquelas cuja peculiaridade exija tratamento específico por parte do Poder Executivo, será efetuado em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria.

Art. 10º. O Poder Executivo estabelecerá normas disciplinando a operacionalização do orçamento municipal para a realização da despesa através da Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício de 2018, conforme dispõe os artigos 4º, inciso I, alínea a e 8º da Lei Complementar nº 101/2000, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas a fim de obter equilíbrio financeiro.

Art. 11º. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica consignada dotação específica para atender ao parcelamento de dívidas com a Previdência Social.

Art. 12º. As dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias poderão ser movimentadas pelo Órgão próprio do controle Orçamentário.

Art. 13º. Fica o poder executivo autorizado a fazer contratação de pessoal mediante a realização de concurso público e ainda por tempo determinado, pelo que determina o artigo 37, IX e lei municipal que regulamenta, para atendimento de necessidade excepcional de serviços.

Art. 14º. A presente lei entrará em vigor no dia 1º (primeiro) de Janeiro de 2018.

Art. 15º. Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 29 de Novembro de 2017.

Francisco Ricardo Soares Ramos

FRANCISCO RICARDO SOARES RAMOS

Prefeito Municipal